

SESSÕES DO PLENÁRIO

105ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2 de dezembro de 2024.

PRESIDENTE: DEPUTADO LUCIANO SIMÕES FILHO (Ad hoc)

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hilton Coelho, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Patrick Lopes, Pedro Tavares, Penalva, Radiovaldo Costa, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (53) Os Deputados Hassan e Marcelino Galo encontram-se licenciados.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão. Não há expediente a ser anunciado.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 101ª, 102ª, 103ª e 104ª, realizadas, respectivamente, em 19, 25, 26 e 27 de novembro de 2024; e das sessões especiais: 43ª, 44ª e 45ª, realizadas, respectivamente, em 21, 22 e 28 de novembro 2024. Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Iniciamos a nossa sessão com o Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o deputado Raimundinho da JR.

O Sr. RAIMUNDINHO DA JR: Sr. Presidente, muito boa tarde a todas as pessoas nesta Casa e às que nos assistem.

Sr. Presidente, hoje eu venho aqui para falar sobre um momento de muita tristeza e revolta no município de Dias d'Ávila. Todos vocês acompanharam pela televisão e em todas as redes sociais uma situação que vem acontecendo no município de Dias d'Ávila e a gente não pode ficar calado com tanta desordem e tanta falta de amor ao próximo.

Eu digo assim porque o prefeito daquele município deveria tomar uma aula com o prefeito Bruno Reis, porque, quando acontece qualquer tragédia na cidade de Salvador, ele é o primeiro a olhar para as pessoas e procurar fazer o seu papel de administrador. Mas a cidade de Dias d'Ávila chora porque a comoção foi muito grande devido à perda de uma jovem de 12 anos de idade.

Sr. Presidente, eu quero mostrar aqui para qualquer gestor que está nos vendo neste momento. Isso aqui, Sr. Presidente, é um passeio que tem a guia para os deficientes visuais. Onde acaba esse passeio, Sr. Presidente? Dentro de uma vala, Sr. Presidente! É triste a gente ver uma jovem voltando do colégio, para chegar à sua residência, perder a vida tão tragicamente. Eu quero dizer aqui para as autoridades e o Ministério Público que vamos tomar uma providência.

Sr. Presidente, pasme mais uma vez. Aqui existem duas passagens que poderiam estar desobstruídas. Lá no município havia um vereador da Base do Governo que dizia: “A gente já sabia que tinha uma dessas manilhas que estava obstruída já fazia tanto tempo.” E a gente sabe, Sr. Presidente, que se fizer a manutenção preventiva, limpar os bueiros, aquela água, eu tenho certeza, não poderia estar acumulada, empoçada em cima do passeio e nas ruas para que uma pessoa viesse a perder sua vida covardemente. Então, Sr. Presidente fica aqui o apelo ao Ministério Público, a esta Casa: que a gente tome providências contra alguns administradores que existem em nosso estado que não estão nem aí para o povo, não estão nem aí para a vida das pessoas.

Sr. Presidente, há menos de 30 dias, este jovem que está aqui, tem 22 anos... O secretário de Obras daquele município, Sr. Presidente, com um carro da prefeitura, não em horário de trabalho, estava parado em um bar. E ao sair daquele local, de um bar... a gente sabe que quando você chega a um bar... ninguém vai ali só para bater papo, tem que tomar uma gelada. Com o carro da prefeitura despadronizado! Você tem que ter todos os equipamentos. Um carro da prefeitura, da Secretaria de Obras, não pode estar sendo usado para estar na porta de um bar fora do expediente, para tirar a vida de um jovem de 22 anos. Foi mais um que foi para a estatística do desgoverno que, hoje, tem o município de Dias d'Ávila.

Em menos de 30 dias, nós tivemos duas fatalidades e, pasmem, o prefeito, mais uma vez, atrás das suas cortinas. Simplesmente botou uma nota muito pequena e não deu nenhuma oportunidade àquela família que estava desesperada. Ele foi na unidade de saúde em Dias d'Ávila e mandou que retornassem para casa. Foi uma porrada tão violenta que o rapaz da moto teve a sua vida interrompida.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, Sr. Presidente, duas mortes de dois jovens que abalaram a comunidade. O povo de Dias d'Ávila pede que a gente tome uma providência. Nós não podemos conviver com o desgoverno em que está o município de Dias d'Ávila. Então, fica aqui o meu desabafo. E quero pedir providências ao Ministério Público em relação a essas duas vidas que foram ceifadas.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E o prefeito, até então, cruza seus braços e, mais uma vez, vão para as estatísticas os dois jovens que perderam suas vidas.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero também aqui parabenizar o nosso colega Vitor pela entrega da Comenda Dois de Julho ao nosso Dr. Pedro, que hoje representa o Ministério Público do nosso estado. Assistimos hoje, de manhã, nesta Casa, diversas autoridades... E eu quero parabenizar o meu amigo Vitor pela indicação dessa Comenda Dois de Julho para o nosso tão admirado Dr. Pedro, do Ministério Público.

Um grande abraço a todos. Que Deus nos abençoe.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Obrigado, deputado Raimundinho. Dando sequência à nossa sessão, ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado José Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Sr. Presidente que dirige a sessão neste momento, nobre deputado Luciano Simões Filho, colegas deputados, deputadas presentes aqui, no Plenário, e os que nos assistem pela *TV Assembleia* e pelas redes sociais.

Presidente, uso da palavra no Pequeno Expediente para me colocar ao lado de muitos deputados, deputadas, prefeitos e prefeitas e também estudiosos da situação brasileira para somarmos esforços no apoio ao projeto que tramita no Congresso Nacional que faz um ajuste fiscal dentro do arcabouço econômico que o governo do presidente Lula aprovou internamente, que está em vigor. É importante ressaltar que o debate que está sendo travado hoje tem, evidentemente, a preocupação de cortes em projetos econômicos e sociais, mas também tem a dimensão de que é importante esse ajuste para que o orçamento público gradativamente se torne superavitário, sobretudo as receitas anuais, para que a gente possa ir gradativamente diminuindo a dependência da venda de títulos públicos, diminuindo, naturalmente, a taxa de juros.

Eu queria ressaltar exatamente que o presidente Lula, após um amplo debate com os seus ministros e também ouvindo as lideranças partidárias, definiu claramente que vai fazer o corte, mas vai manter os programas sociais. E traz uma importante novidade, que é fundamental que os brasileiros e as brasileiras que não são milionários e milionárias, os brasileiros e brasileiras que são empresários de médio porte, e mesmo aqueles empresários de grande porte que têm um projeto de nação, entendam: nós vamos beneficiar, aproximadamente, 36 milhões de homens e mulheres com renda, com salário em torno de R\$ 5 mil a R\$ 7 mil. E há um dispositivo de que a partir de R\$ 50 mil, chegando até a R\$ 1 milhão, teremos alíquotas gradativas para compensar a isenção que o governo está fazendo de até R\$ 7 mil por mês.

Ora, o que é uma renda em torno de R\$ 60 mil, R\$ 70 mil por ano? Ou seja, na verdade, o imposto de renda neste país é pago pela classe trabalhadora, pelos assalariados, e parte das profissões liberais, mas as grandes fortunas, os grandes empresários, os ricos deste país não pagam impostos.

Sabemos também que vários estudos, vários economistas têm demonstrado que em toda a Europa o imposto de renda incide de forma diferente em vários estratos da sociedade, e os mais ricos pagam mais impostos. Mas aqui, no Brasil, não. Aqui é o paraíso dos ricos. E é por isso, embora haja a preocupação de alguns cortes de alguns programas, diminuição, para evitar que o orçamento público se torne deficitário, que há também essa visão para compensar.

Por isso esse debate precisa ser ampliado para que a gente possa, de forma muito pedagógica, demonstrar para a sociedade brasileira que é necessário, efetivamente, uma reforma tributária que vá no sentido de distribuir rendas.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Todas as nações que progrediram ao longo do século XIX e no século XX foram nações que combateram as desigualdades, criaram um mercado interno poderoso e com esse mercado inclusive fortaleceu as suas elites econômicas. Ora, uma reforma que valoriza o salário é muito boa para quem tem o que vender.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Quem tem o que vender é o empresário, é o comércio, é a indústria. Eu não vejo, portanto, nenhum motivo para esse assanhamento que alguns estão aí colocando na imprensa, Sr. Presidente.

Portanto, agora, mais do que nunca, precisamos intensificar esse debate e mostrar à sociedade brasileira que precisamos, sim, de um grande debate para a gente fortalecer a saúde pública, a educação pública, novas universidades, reforma agrária, habitação social, enfim, para que a gente possa transformar o Brasil em um lugar melhor para todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(O deputado Samuel Junior assume a presidência da Mesa.)

Agora é o nobre deputado Samuel Junior que está na presidência desta Casa.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., meu nobre amigo e companheiro Zé Raimundo, o Sr. é uma grande figura.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra agora o deputado Luciano Simões. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Obrigado, presidente Samuel Junior, boa tarde, amigos e amigas, deputadas e deputados desta Casa, e todos aqueles que nos acompanham nas redes sociais e na *TV Assembleia*.

Um assunto novo me traz hoje a esta tribuna, deputado Hilton. Um assunto que me foi provocado por prefeitos de toda a Bahia, de todo o interior do estado e também

pelo secretário da Educação da nossa capital, Salvador, o excelente secretário Dr. Thiago Dantas.

Eu fiz questão de organizar esse meu discurso num texto porque ele é um pouco técnico, mas vai ser de fácil entendimento de todos vocês aqui.

(Lê) “Hoje me dirijo a todos para tratar de um tema de grande relevância para a educação em nosso Estado: a avaliação Sabe, promovida pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Como todos sabem, a avaliação Sabe tem um papel essencial na avaliação da qualidade do ensino e no desenvolvimento educacional da Bahia.

Contudo, o que deveria ser um processo que contribui para o avanço da educação estadual, infelizmente, se tornou um motivo de preocupação devido a um fator que afeta não apenas os professores e alunos, mas também o próprio futuro do nosso estado: o contínuo adiamento da aplicação dessa avaliação.

Originalmente programada para ocorrer na primeira quinzena de novembro, a avaliação Sabe já sofreu uma série de reprogramações. Esse atraso, que resultou na realização das provas entre 9 a 13 de dezembro em Salvador e em algumas cidades, após o término do calendário escolar, está comprometendo os objetivos para os quais essa avaliação foi pensada.

A Sabe não é apenas uma prova, ela serve como um termômetro para medir a qualidade do ensino, especialmente no que diz respeito aos índices de alfabetização e à avaliação das redes de ensino no estado. Além disso, ela tem um impacto direto na distribuição das cotas do ICMS, um dos principais mecanismos de financiamento para os municípios baianos.

O impacto dessa mudança de cronograma é evidente e, infelizmente, negativo. Ao ser aplicada no fim do ano letivo, em um período em que muitas escolas já concluíram seus planejamentos e atividades, a avaliação Sabe perde grande parte de sua efetividade.

Os alunos, já em clima de encerramento das atividades escolares, podem apresentar uma menor frequência e desempenho, o que comprometerá, em última instância, a qualidade da medição dos resultados.

A Sabe não pode ser apenas mais uma obrigação no calendário escolar, mas sim uma ferramenta para fortalecer nossas redes de ensino, e isso só é possível quando ela é aplicada de maneira planejada e no momento mais adequado.

O pior de tudo é que, além de prejudicar a precisão dos resultados, o adiamento da avaliação pode afetar diretamente a distribuição de recursos, já que o desempenho dos municípios no Sabe influencia a repartição do ICMS, um recurso vital para muitas cidades baianas. Ou seja, ao postergar a avaliação para os últimos dias de aula ou mesmo após o término do ano letivo, prejudica-se a própria base da qual depende o financiamento de políticas públicas essenciais para o desenvolvimento das nossas comunidades.

A educação é o pilar que sustenta o futuro de qualquer nação e, no caso da Bahia, a educação tem um papel ainda mais crucial para garantir que nossas crianças e jovens tenham acesso a oportunidades iguais, com qualidade e equidade.

Por isso, o que estamos observando não pode ser tratado com indiferença...”

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(Lê) “(...) O governo do estado precisa repensar o cronograma da avaliação Sabe para que ela seja realizada de forma eficaz, sem que haja prejuízos à educação, aos alunos e ao próprio sistema de ensino baiano...”

Já estou concluindo, Sr. presidente.

“(...) Não podemos permitir que a reprogramação contínua de datas comprometa a confiança que a sociedade baiana deposita no nosso sistema educacional...”

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

“(...) A Sabe deve ser uma ferramenta estratégica, usada para avaliar e aperfeiçoar, não para agravar as dificuldades que já enfrentamos no nosso dia a dia educacional.

Que o governo baiano atenda com urgência a esse apelo, para que a avaliação Sabe seja realizada com o devido planejamento, respeito aos nossos professores e alunos e com o impacto positivo que ela deve ter no avanço da educação no estado da Bahia.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Luciano.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Vamos ouvir agora o outro Luciano. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos. Meu presidente Zé, aqui está no comando de V. Ex.^a.

O Sr. LUCIANO ARAÚJO: Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados. Sr. Presidente, eu venho hoje aqui falar de três assuntos. O primeiro assunto é em relação à Setre, um programa do governo do estado com a Setre, no qual 400 produtores de sisal serão capacitados para o plantio de agave, que vai servir para o etanol. Sorte, Sr. Presidente, que neste programa eles incluíram 20 municípios da Região Sisaleira.

Até aí, está perfeito, só que eu queria fazer uma observação à secretaria e ao governo do estado: os maiores produtores de sisal do estado da Bahia não estão incluídos nesse programa, que é aquela região de Jacobina, Lages do Batata; de Ouro-lândia; de Várzea Nova; de Campo Formoso. Por quê? Porque esses municípios não estão pertencentes ao Território do Sisal, e sim ao território do Piemonte.

Portanto, eu queria pedir aqui ao governo do estado e ao secretário Davidson, que prestasse atenção nessa distribuição desse programa e que incluísse esses municípios que, de fato, são os maiores produtores de sisal do nosso estado.

Um outro assunto, Sr. Presidente, que eu queria tratar aqui é em relação a aquele programa da Embasa, junto com o governo do estado e com a Caixa Econômica, que já foi assinado e abrange alguns municípios, abrange o município de Conceição do Coité e o município de Riachão do Jacuípe.

Eu fiz questão, no último sábado, de ir pessoalmente à cidade de Riachão do Jacuípe e ver o caos que está o Rio Jacuípe, Sr. Presidente. Os esgotos estão sendo

jogados naquele rio. O Rio Jacuípe já foi referência do turismo e da pesca naquele município. Eu tive essa provocação pela colônia dos pescadores da cidade, uma colônia que tem 218 filiados e pescadores inscritos. Esses pescadores que viviam da pesca naquele rio, hoje, vivem, exclusivamente, da pesca em propriedades privadas.

Portanto, eu queria pedir ao governo do estado e ao presidente da Embasa que nos dê notícias a respeito desse projeto, que é um projeto de mais de R\$ 70 milhões, com contrapartida da prefeitura municipal, com contrapartida da Caixa Econômica e do governo do estado para que possamos ter uma agilidade e que não deixemos o Rio Jacuípe morrer.

Queria também abordar e parabenizar a *TV Bahia* pelo Prêmio Sebrae de Jornalismo. A *TV Bahia* foi premiada na 11ª edição do Prêmio de Sebrae de Jornalismo com uma reportagem que fez, inclusive, sobre o sisal, sobre os pequenos produtores de sisal para exportação. Nossa querida cidade de Valente foi matéria desse jornalismo.

Aqui, queria aproveitar para parabenizar não só a *TV Bahia*...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mas a Apaeb, da cidade de Valente. A Apaeb é a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia, é modelo e referência do associativismo no nosso estado. Portanto, queria parabenizar a *TV Bahia* pelo excelente trabalho voltado aos pequenos produtores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Luciano Araújo.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra... A deputada Olívia vai falar agora?

A Sr.^a Olívia Santana (fora do microfone): Vou, sim, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra a deputada Olívia Santana.
V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, eu quero saudar este Plenário nesta segunda-feira.

Bem, o que me traz a esta tribuna, em primeiro lugar, é uma saudação ao evento que houve hoje, pela manhã, que foi a entrega da Comenda Dois de Julho ao Dr. Pedro Maia, procurador-geral de Justiça do Estado da Bahia. Infelizmente, eu não consegui chegar a tempo da cerimônia, mas ainda consegui dar um abraço no procurador. Acho que foi muito importante e concorrida a cerimônia que houve nesta manhã, aqui na Assembleia Legislativa.

Parabenizo o deputado Vitor e o presidente Adolfo por essa importante iniciativa de prestigiar e valorizar o Ministério Público através desta homenagem ao procurador-geral.

Quero também, Sr. Presidente, lamentar profundamente os desabamentos ocorridos no bairro de Saramandaia, em Salvador, não só devido às fortes chuvas. É

importante destacar que choveu em toda a cidade, mas somente na área precária, nos lugares onde há um brutal racismo ambiental, é que nós tivemos perdas de vidas.

É muito triste ver um jovem negro, de 23 anos, sendo soterrado e perdendo a sua vida durante essas chuvas torrenciais que caíram na cidade. O jovem era Gerson Alexandrino Santos Junior, de apenas 23 anos. A outra vítima foi o jovem Paulo, de 18 anos, também soterrado durante as fortes chuvas que caíram em Salvador.

A gente não viu isso acontecer nos bairros de Barra, Ondina, Pituba e nas consideradas áreas nobres da cidade que contam com outra infraestrutura.

É importante destacar que eu estive lá em Saramandaia. É importante destacar que o lugar onde o governo do estado construiu uma grande contenção de encosta estava intacto. E as pessoas que moram ali tiveram as suas vidas preservadas. Mas é preciso que a prefeitura de Salvador invista em mais infraestrutura para o nosso povo poder viver e viver com segurança.

O governo do estado tem feito grandes investimentos em obras de contenção de encostas. Inclusive, destaco os investimentos feitos ainda no momento em que o Rui Costa era governador. Essas obras permanecem e se ampliam com o governador Jerônimo. Mas é preciso que a prefeitura faça a sua parte. É muito triste ver o descaso com que o nosso povo é tratado.

O prefeito Bruno Reis precisa desengavetar o Plano Diretor de Encostas de Salvador (PDE). A vereadora Marta Rodrigues fez a denúncia acertadamente, pois, há 20 anos, esse plano está lá, dormitando nas gavetas. Esse plano precisa de investimento, precisa ser carro-chefe da administração, porque a vida tem de estar acima de tudo e tem de ser colocada como prioridade.

A prioridade da prefeitura tem de ser a de garantir um projeto de cidade, a fim de enfrentar e preparar Salvador para os casos de emergências climáticas, porque todos os órgãos ambientais, no planeta inteiro, sinalizam que a Terra está no limiar de uma situação sem volta, professor José Raimundo.

É fundamental que as cidades sejam...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) preparadas para enfrentar esses desastres ambientais que vão acontecer. Mas, para isso, os gestores precisam ter sensibilidade e empatia com o povo para quem ele governa. Portanto, ficam aqui os nossos protestos.

Quero também destacar o meu lamento e a minha dor em relação àquela criança de 12 anos. Amanda...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) foi arrastada pelo esgoto, depois de voltar da escola. Uma criança volta da escola para casa e não consegue chegar ao destino, porque foi arrastada através de um bueiro, que estava aberto. O seu corpo frágil acabou se desequilibrando e sendo levado por água abaixo.

Portanto, são vidas. E todas essas vidas importam e precisam ser preservadas. As gestões precisam se preparar, cada vez mais, para inverter prioridades e garantir a segurança nas cidades em favor da vida da população.

É isso, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Hilton Coelho, sempre com o símbolo da resistência.

O Sr. HILTON COELHO: Quero me somar à fala da nobre deputada Olívia Santana, porque essa situação a que Salvador está submetida, em verdade, é uma verdadeira crônica da morte anunciada, já que o Plano Diretor de Encostas de Salvador (PDE), da nossa cidade, vinha sendo elaborado à época do então prefeito João Henrique. Foram financiados estudos que trouxeram dados extremamente eloquentes e fundamentaram a perspectiva de se ter um verdadeiro Plano Diretor de Encostas de Salvador.

Esse processo todo culminou com a tragédia que aconteceu, se eu não me engano, em 2015. O acontecimento levou a Oposição da Câmara Municipal de Salvador a uma reunião com então prefeito ACM Neto, que se comprometeu, em um espaço de duas semanas, a apresentar o Plano Diretor de Encostas de Salvador.

Esse plano não tem o significado de que tudo vai ser resolvido de maneira imediata, mas ele, simplesmente, a partir do estudo, consegue classificar quais são as áreas mais e menos arriscadas. De lá para cá, qual tem sido o investimento da Prefeitura de Salvador? Principalmente avisar à população que ela tem de fugir das suas casas.

Essa é a política da prefeitura. São feitas obras de encostas, algumas estão sendo feitas, mas o plano diretor de encostas não é levado a sério, e a população fica nessa situação completamente vulnerável, e a vida, portanto, sempre, sempre por um fio na cidade de Salvador.

Então, nós não podemos dizer que foram as chuvas que mataram esse jovem. Nós não podemos dizer que o que vive a cidade de Salvador – que o sofrimento que começa quando há a notícia de que as chuvas vão ser fortes, vão ser torrenciais – que esse sofrimento que começa com a tortura das famílias não é um sofrimento planejado.

É um sofrimento planejado porque existe solução já institucionalizada que não é levada à prática pelo prefeito de Salvador, agora Bruno Reis, que prossegue com essas gestões que são perversas, racistas e não dão valor real à vida do povo da capital baiana.

Nós queremos deixar aqui toda a nossa solidariedade à família e o nosso veemente protesto à posição do prefeito, que segue a linha do antecessor, um gestor que rasgou o acordo feito numa mesa para que a cidade de Salvador conseguisse, de fato, enfrentar essa chaga que são os desabamentos e principalmente a situação de verdadeiro sofrimento psicológico que a população passa diante da situação das chuvas.

Quero dizer também, muito objetivamente, que as chuvas virão, essa não é a questão. A situação ambiental, a situação climática vem, de fato, se alterando, a grande questão é: como está a situação ambiental na cidade de Salvador?

Salvador é uma cidade que segue se transformando numa verdadeira bacia. Podemos utilizar esse simbolismo para entendermos o que está acontecendo com a nossa capital, uma cidade cada vez mais impermeabilizada, e quando a água cai, ela cai como se caísse numa bacia, lavando tudo, e aí vem o sangue escorrido da nossa população.

Todas essas situações que poderiam ser evitadas não serão enquanto Salvador não tiver um plano diretor e um poder público que zele pela qualidade de vida da população e não privilegie a especulação imobiliária.

Mas, Sr. Presidente, eu também queria fazer um breve registro aqui da vitória da população de Maraú, que conseguiu derrotar na Justiça o grupo que está à frente da pousada Barrabella, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que é uma pousada que teve como objetivo invadir a área de praia, uma área que tem de ter um limite máximo de 60 metros de distância do mar. Essa pousada já estava com 31 metros de distância para o mar e ela mesma entrou na Justiça para reclamar o seu suposto direito de invadir a praia...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e negar esse patrimônio, que é um patrimônio da população, mas também de marisqueiras e pescadores.

Nesse sentido, a decisão judicial é emblemática. A atuação do Ministério Público Federal – com a sua tolerância, Sr. Presidente – foi fundamental porque houve a inversão entendida pelo Judiciário baiano de que esse empreendimento, ao contrário de ter o direito de invadir a praia, deve, a partir dessa decisão, pagar uma multa diária de R\$ 10 mil caso utilize aquela área.

Então, essa decisão é muito importante porque a situação, e eu quero concluir com essa informação, a situação da Península de Maraú é muito grave. Lá realmente é um paraíso com areias brancas e água límpida, e isso não pode ser um direito cerceado, cercado para grandes empreendimentos, como está acontecendo.

Essa decisão judicial é emblemática e tem que servir como referência para que a gente pare o processo de invasão das nossas praias, de negação do direito à praia à população, especialmente àqueles e àquelas pescadoras e marisqueiras que têm a sua atividade econômica, a sua sobrevivência, subordinada à possibilidade de ter o direito à praia respeitado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria parabenizar também, me desculpe pela possível injustiça, o coletivo em defesa do meio ambiente, que foi quem esteve à frente, junto com o Ministério Público, fornecendo dados para que essa verdadeira reviravolta judicial acontecesse. E quem supostamente era réu se transformou em vítima para a Justiça, gerando essa decisão tão importante para a Península de Maraú.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Hilton.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra agora o deputado Tiago Correia pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. TIAGO CORREIA: Boa tarde, Sr. Presidente, nobres colegas, servidores desta Casa, amigos da imprensa, Sr. Presidente, chegou ao conhecimento da população que a duplicação da BR-116, que corta o nosso estado, começará a ser feita, mas não na Bahia, será no estado do Ceará, e essa duplicação se iniciará agora, no dia 13 de dezembro, Sr. Presidente.

Imagine que nós perdemos a oportunidade de termos a BR-116 duplicada em nosso estado porque, em 2009, a Viabahia assinou um contrato de concessão que previa a duplicação, não só duplicação, mas a construção da terceira e quarta pista na BR-324, na saída de Salvador, a construção de diversos equipamentos de segurança por toda a extensão da rodovia, e quase nada foi feito, Sr. Presidente.

E nós fomos surpreendidos com a informação de que a União, o governo federal, ainda indenizará a Viabahia em quase R\$ 1 bilhão por conta da solução desse contrato, dessa concessão que pouco ou quase nada trouxe ao nosso estado, sendo que a Viabahia arrecada hoje quase R\$ 1 milhão por dia em pedágio e há muito tempo já não faz mais nada.

Nós temos rodovias pedagiadas, a BR-324 e a BR-116 totalmente degradadas, com buracos, sem acostamento, com inúmeros acidentes, inclusive, com várias vítimas fatais, Sr. Presidente, e a Viabahia nada fez desde o início dessa concessão. Ela argumenta que, por conta da não realização do equilíbrio da tarifa que estava prevista em contrato, deixou de executar o que deveria e o que estava previsto. A Viabahia foge do que está previsto desde o início dessa concessão, desde quando começou a cobrar o pedágio antes da data prevista no contrato e antes de realizar as obras que eram obrigatórias para que esse pedágio pudesse ser cobrado.

Depois das obras obrigatórias, tinham as obras condicionantes – que também não foram realizadas – e depois as duplicações, que seriam estabelecidas após um gatilho de determinado número de veículos transitando por dia nos trechos da rodovia. Toda a extensão da BR-116 atingiu esse gatilho no ano de 2013 e pouco foi duplicado, apenas o trecho saindo do município de Feira de Santana sentido Vitória da Conquista. Mas, professor José Raimundo, nós temos, no município de Vitória da Conquista, cinco saídas em que constantemente acontecem acidentes, como a saída para o município de Itambé, na BA-263, para o município de Barra do Choça na BA-264 e para o município de Anajé. Enfim, são diversas interseções no anel viário e nem sequer os viadutos foram construídos. Também não foram construídas passarelas. Enfim, total descaso com a população e nós somos surpreendidos com esses R\$ 886 milhões que a União vai pagar à Viabahia para ela poder ir embora, sendo que, ainda hoje, a população está pagando pedágio.

A gente realmente não consegue entender como é feita a gestão desse contrato, a gente não consegue entender por que razão as autoridades são tão passivas, mas a gente não pode deixar de expressar nosso total repúdio à Viabahia quando nós vemos a BR-116 iniciar sua duplicação no estado do Ceará e, mais uma vez, a Bahia ficar de fora, perdendo essa oportunidade, justamente pela presença dessa empresa que nada fez a não ser trazer angústia e sofrimento à Bahia, aos baianos.

Então, Sr. Presidente, fica o nosso total repúdio. É importante dizer que a Controladoria-Geral da União inclusive expressou, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) através de documento, que vai analisar essa indenização já que ela não consegue entender o porquê e nós estamos aqui torcendo que, ao invés da União pagar com os nossos tributos esse quase R\$ 1 bilhão à Viabahia, se chegue a uma conclusão e a Bahia seja ressarcida do que essa empresa roubou dos baianos durante todos esses anos, quase 15 anos, diariamente, arrecadando quase R\$ 1 milhão...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) nas catracas dos pedágios.

É isso que eu trago, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Tiago. Quero registrar também a presença da nossa colega deputada Maria.

O Sr. Zé Raimundo Fontes: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Sim, senhor, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Raimundo Fontes: Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.^a verificasse o quórum para a continuidade da sessão, desde que não haja mais inscritos no Pequeno Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): V. Ex.^a será 100% atendido, deputado Zé Raimundo. Eu só tomei como surpresa hoje porque eu aguardei os senhores que, há 2 semanas, fizeram o discurso da escala 6x1 e o dólar, na semana passada, bateu mais de R\$ 6 por US\$ 1, e V. Ex.^{as} não falaram nada, mas quem sabe amanhã?!

Como não há mais orador inscrito, declaro encerrada a presente sessão. Convoco os deputados e as deputadas para amanhã no horário regimental.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Cláudia Oliveira, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Hassan (licenciado), Ivana Bastos, Júnior Muniz, Leandro de Jesus, Marcelino Galo (licenciado), Matheus Ferreira e Pancadinha. (10)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.